

O País Vinhateiro do Alto Douro: Olhares dos Viajantes Ingleses na Primeira Metade do Século XIX

Didiana Fernandes

(Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, Instituto Politécnico de Viseu/ CIAC - Centro de Investigação em Artes e Comunicação/ CITUR – Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo)

Introdução

O tema que se propõe tratar é a figuração do “Paiz Vinhateiro” do Alto Douro português, na primeira metade do século XIX, através dos olhares dos viajantes ingleses. Chamavam-lhe “wine-country” ou “wine-district”, ou seja, “Paiz do Vinho” e ainda “Upper Douro” dado ser esta a vulgar designação do território de Cima Douro onde se produzia vinho: o Alto Douro Vinhateiro.

O objetivo deste artigo é o destacar de uma entre as várias possibilidades de leitura dos relatos produzidos por ingleses que visitaram este território na primeira metade do século XIX. Ao registarem as suas impressões falam de si, das experiências vividas e da relação que estabeleceram com o território visitado. Desta forma, os textos encontram-se impregnados de momentos de representações pessoais o que nos permite reter informações acerca do espaço e, ainda, acerca do que se ouvia dizer sobre o País do Vinho. Mas, mais do que a indagação das histórias de viagem, a investigação inscreve-se na retrospectiva,

a partir das anotações dos viajantes, de alguns aspetos que hoje são fundamentais na divulgação do espaço do Alto Douro: a Demarcação do Alto Douro e o contraste entre as “gentes”, a aristocracia duriense e a figura inglesa na região, que ainda hoje se sente.

Sabemos que, nos primeiros anos do século XIX, a região demarcada do Alto Douro tinha já uma dimensão bem superior à estabelecida aquando da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756,¹ que definiu a região produtora de vinhos para exportação,² denominados “vinhos de embarque” ou de “feitoria”, mais tarde vinhos do Porto.

Durante a primeira metade de Oitocentos decorreu um vasto processo de expansão vitícola e conseqüente transformação na organização espacial. Este período tem muitos altos e baixos, no que respeita à produção e comércio de vinhos, não se podendo desprezar a guerra contra as tropas napoleónicas aquando das Invasões Francesas, a que se seguiram as perturbações da Guerra Civil, que implanta o liberalismo constitucional no nosso país. Com a vitória dos liberais, em 1834, terminou a função reguladora da Companhia Geral, embora o número de quintas e de exportadores ingleses não cessasse de crescer. No entanto, a abolição da demarcação e dos mecanismos de controlo do vinho conduzem a fraudes e falsificações, o que leva à restauração da Companhia em 1838 por mais 20 anos. E, a par desta Instituição, intervém a Feitoria Inglesa,³ a retratar a persistente presença inglesa em todo o processo de construção do Vinho do Porto, levando a que o interesse pelo país do vinho fosse maior por parte dos indivíduos

1. V. Sousa 2006.

2. A Demarcação Pombalina da Região do Douro, levada a efeito entre 1758 e 1761, pelos Deputados da Junta de Administração da Real Companhia Velha, consagrava cerca de 40 mil hectares. Hoje, a área inscrita na lista do património mundial, como paisagem cultural evolutiva viva, é o Alto Douro Vinhateiro, designado por Alto Douro (24.600 hectares). Esta zona é considerada representativa da vasta Região Demarcada do Douro, com 250.000 hectares, dos quais, cerca de 48.000 estão cultivados com vinha.

3. O primeiro regulamento da Feitoria Inglesa do Porto surge em 1727, porém esta já existia desde o século XVII, sendo mais tarde convertida em British Association (1814). Esta foi, por excelência, a grande testemunha da Aliança Anglo-Lusa, uma vez que foi construída devido à necessidade sentida na altura, por parte dos comerciantes de Vinho do Porto que se encontravam na Rua Nova dos Ingleses, hoje Rua do Infante D. Henrique (localização da Feitoria Inglesa), para aí estabelecerem as suas trocas comerciais.

desta nacionalidade. Na verdade, os viajantes que se deslocavam a Portugal não visitavam o país vinhateiro e os que o faziam eram maioritariamente de origem britânica.

Por sua vez, a par desta prevalência de relatos de origem britânica, são dados à estampa os estudos e mapas⁴ do comerciante Joseph James Forrester, que conheceram assinalável divulgação, apesar da sua imagem controversa, particularmente entre os seus pares.

1. Os Viajantes

E qual o universo de viagens a que nos referimos? Qual a posição de Portugal face às correntes de viajantes? Nesta etapa aventurámo-nos um pouco pela realidade das jornadas em Portugal e pela apresentação dos autores e das obras observadas.

A primeira metade de Oitocentos foi um período de intensificação das viagens de estrangeiros ao nosso país, cruzando-se com as Invasões Francesas e com a Guerra Civil. (Coelho 119) Trata-se de um período conturbado da História de Portugal, repleto de crises e ruturas políticas. Portugal contrastava com outras potências europeias, que se afirmavam economicamente, e via-se confrontado com os testemunhos do Antigo Regime, com a fidelidade à aliança Inglesa, com os ideais da revolução Francesa e com as correntes da modernidade que daí advinham. (Mathias 32-33) As clivagens e ruturas agravavam-se entre os poderes, o que culmina primeiro na Guerra Peninsular e depois na Guerra Civil, nos anos trinta, (Mathias 33) etapas para as quais a produção de relatos foi vasta, particularmente no primeiro caso, com centenas de relatos de militares britânicos, entre memórias, narrativas, diários e correspondência.

Apesar do período das Invasões Francesas ter sido quantitativamente, como dissemos, o mais frutuoso no que se refere a relatos estrangeiros, pela necessidade de justificar a escolha metodológica

4. *Mapa do paiz vinhateiro do Alto Douro, de 1843 e O Douro portuguez e paiz adjacente contando do rio quanto se pode tornar navegavel em Espanha, de 1848.*

face a um número de obras tão elevado, os relatos associados às campanhas do exército britânico ficaram afastados da análise, até porque, são sempre testemunhos de guerra. Ora, o que se procurou foi encontrar relatos que revelassem visitas conotadas a escolhas pessoais e ao lazer e não a algum carácter de obrigatoriedade.

Nesta etapa, ao estabelecermos parâmetros definidores para a escolha de autores, as próprias obras, ditaram, pelos conteúdos, o nosso grau de atenção sobre elas. A nossa opção passou pela observação mais demorada dos textos escritos por viajantes que, de facto, se deslocaram até ao Alto Douro: cinco escritores. A generalidade dos autores analisados exclui esta região dos seus circuitos.

Apesar da razoável dimensão dos relatos estudados, quase todos acusam apenas estadas de três a quatro dias (excluindo a incursão de William Henry Giles Kingston, que dura, na sua primeira visita ao Alto Douro, cerca de dez dias). Passemos então a apresentar o grupo de autores que observaram de forma direta esta região. Costigan⁵ viajou pelo Douro no virar do século XVIII, Carnarvon e Kinsey, durante o período da Revolução Industrial e, os restantes, Kingston e Oldknow, já no final da primeira metade do Século XIX.

As cartas de Costigan, que compõem uma obra de grande circulação, publicada pela primeira vez em Londres em 1787, revelam-nos uma viagem pelo território português, que passa pelo país vinhateiro, no regresso de Almeida, por S. João da Pesqueira, tecendo breves considerações acerca da viagem empreendida e do território duriense.

Terminadas as Invasões Francesas e com o cidadão estrangeiro habituado a ler sobre Portugal, dada a proliferação de narrativas surgidas neste período editadas em Inglaterra e em França, a necessidade de dar a conhecer o povo português e suas características vai gradualmente diminuindo. Porém, com a Revolução Liberal, as obras de literatura de viagens ainda surgem e a presença inglesa em Portugal

5. Arthur William Costigan escreve *Sketches of Society and Manners in Portugal*, 1787, traduzido e editado em Paris, em 1811. A verdadeira identidade do autor está envolta em polémica, tal como a sua obra, extremamente crítica face à nação portuguesa, sendo atribuída por Aquilino Ribeiro a James Ferrier, escocês que havia dado entrada no exército português, porém sem certezas acerca de qual seria o seu pseudónimo e qual o verdadeiro nome. Para mais informação acerca do autor veja-se Sousa 1992, 79-104; e Castro 2004.

leva à necessidade de atualizar a informação acerca de um país em mutação. Na generalidade, os relatos votados à época das lutas liberais excluem-se de pormenores ligados aos costumes e descrições paisagísticas, porém, o Conde de Carnarvon, na verdade Henry John George Herbert, deixa-nos uma obra⁶ relativa a uma viagem que empreende em Portugal durante o ano de 1827, onde alude às tradições e ao carácter dos portugueses e tece considerações pessoais interessantes, nomeadamente no seu trajeto entre a cidade do Porto, o Marão e Lamego. O Conde de Carnarvon, feito prisioneiro, segundo o mesmo, apenas pelo facto de ser inglês e partidário de D. Pedro, foca, sempre que pode, o afeto dos transmontanos por D. Miguel, do qual era particularmente crítico.

Deve-se, igualmente, destacar William Morgan Kinsey, um eclesiástico da Igreja Anglicana que percorre Portugal durante as lutas miguelistas e liberais, escrevendo, durante o ano de 1827, uma obra⁷ repleta de informação e que, face à região em estudo, se debruça sobre os vinhos, a história da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e a navegabilidade do rio, empreendendo a viagem ousada de barco, pelo Douro, no seu regresso da Régua ao Porto.

Já numa data mais tardia, William Henry Giles Kingston redige os seus *Lusitanian Sketches*,⁸ em momentos diferentes dos dois anos de residência no Norte de Portugal – 1844 e 1855 – tal como é mencionado no prefácio da obra. Nela são dedicados vários capítulos a “on a visit to the wine Districts of the Alto Douro”, cenário tido como único, ao método de preservação e tratamento do vinho e à *Oporto Wine Company*. Kingston terá sido um dos responsáveis pelo lançamento de um periódico de língua inglesa, intitulado *The Lusitanian*,⁹ publicado no Porto entre Outubro de 1844 e Julho de 1845, que

6. *Portugal and Galicia: With a Review of the Social and Political State of the Basque Provinces*, 1836.

7. *Portugal Illustrated*, 1828. Sobre a obra e o autor ver Martins, 1987.

8. *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, London, 1845, 2 vols. Tratava-se de um abastado comerciante e membro de uma das famílias mais influentes da comunidade britânica do Porto. Sobre o autor consultar Kingsford, 1988.

9. Acerca desta publicação ver Silva, 2001.

desejava funcionar como um foco divulgador de Portugal e da sua cultura junto de uma comunidade britânica reservada, mormente através de relatos de viagem, descrições e *sketches*. (Silva 1998, 45)

O livro de Oldknow, dos primeiros anos da década de 1850,¹⁰ reflete uma curta estada em Portugal, cerca de um mês, percorrendo, no entanto, grande parte do território, nomeadamente o eixo Mesão Frio – Régua – Lamego, embora de uma forma mais apressada, sintética e crítica do que as demais obras revistas. Sendo pastor da Igreja Anglicana, Oldknow estaria mais interessado no estudo de antiguidades eclesíásticas e vocacionado para a recolha de informação acerca das igrejas portuguesas, aspetos decorativos dos altares, estilos e vestes dos clérigos, do que no que nos retém – o espaço.

Joseph James Forrester¹¹ havia chegado à cidade do Porto durante a Guerra Civil para trabalhar com um seu tio, exportador de Vinho do Porto. Para além da sua faceta mais conhecida, a de cartógrafo, Forrester escreve obras divulgadoras da região do Douro e, auto titulando-se “viajante”, percorre terras que naturalmente já eram suas conhecidas. Porém, desta vez, com o objetivo de as desvendar, através de crónicas – “Viagens ao Douro” – publicadas num periódico da época, *O Comércio*.¹² Esta visão de um estrangeiro com interesses comerciais no Douro, mas com uma visão distinta e muitas vezes divergente da dos seus conterrâneos, apresenta-se como um contraponto às demais visitas em análise e à opinião generalizada dos ingleses sobre o Douro.

10. *A Month in Portugal*.

11. Nasceu em Hull, Escócia, em 1809 e veio para o Porto, em 1831, para ajudar o seu tio no labor da sua casa comercial, uma das mais importantes que, ao tempo, se dedicavam ao negócio e à exportação do Vinho do Porto para Inglaterra. Tratava-se da firma *Offley, Webber, Forrester & C.ª*, respeitável instituição fundada em 1761, largamente cotada na praça do Porto e dando continuidade a um negócio já bem estabelecido.

12. O *Comércio* era um jornal trisemanário (2.ª as, 4.ª s e 6.ª s), publicado de junho a dezembro de 1854, que passou a publicação diária em janeiro de 1855. Será em 1856 que surge como *Comércio do Porto*.

2. A Figuração do Espaço e dos seus Intervenientes

Mesmo elegendo relatos alusivos ao mesmo período temporal e a um mesmo espaço geográfico, surgem diferentes olhares e diferentes escritas. Esta heterogeneidade cria novos lugares, novos conteúdos, novas leituras. Neste ponto pretendemos analisar o interesse que o Alto Douro suscitava aos viajantes, desde os centros de poder, na primeira metade do século XIX, particularmente o negócio do vinho e as relações de correlação e dependência desta região, face aos agentes situados no Porto e ao mercado britânico.

Aceita-se que dificilmente se chegará a uma resposta acerca da motivação que fez com que alguns dos viajantes se deslocassem até esta região “distante” ou da desmotivação que não permitiu a sua deslocação. O que se procura estará mais próximo dos objetivos das viagens que, pontualmente, vão surgindo nas entrelinhas, ou seja, da intenção subjacente a cada visita. A busca de aventura? O contacto com um povo do interior português? Conhecer o “wine-country”? Esta última será a mais verosímil.

Ante os relatos constatamos que predominam expectativas associadas à paisagem e ao processo de produção e comercialização do vinho e que escasseiam expectativas face aos aspetos sociais e culturais da região. Apenas Carnarvon procura aproximar o leitor de campos que considera “pouco explorados, nomeadamente do estado feudal ainda prevalente em Trás-os-Montes.” (xi-xii) A vontade de observar os vinhedos do Alto Douro e a azáfama da vindima surgem como causas para a visita a empreender. Carnarvon comprova-o, afirmando que a visita estava a começar e o autor estava há muito interessado em explorar a região nesta época do ano: “The vintage was now commencing, and as I had no long intended to explore the wine district, which appears to its greatest advantage during that season”. (78)

Outros viajantes escolheram também esta época do ano, o que se denota nas suas “pinturas” das vindimas e explicações acerca da produção do vinho. Este impulso foi sentido por Kingston dado que, apesar de se encontrar muito bem hospedado em Lamego, transparece ansiedade por presenciar a vindima que estava prestes

a começar à data da sua primeira visita ao Alto Douro. (146) O autor, no seu primeiro volume, considera que o Douro por si só seria merecedor de um *sketch* e que os habitantes das suas margens deveriam sentir-se orgulhosos da sua beleza: "The Douro is worthy of a sketch to itself; and well may the inhabitants of its banks be proud of their beautiful stream, possessing, as it does in its course, every variety of lovely scenery (...)." (51)

Torna-se real esta consideração na medida em que Kingston reserva um segundo volume ao país do vinho. Não se encontra em qualquer outro viajante uma vontade expressa de regressar ao Alto Douro. O autor evidencia, para além do desejo de conhecer alguns locais que não lhe havia sido possível visitar, a intenção de visitar os seus amigos, senhores do vinho, em Lamego. (328) Mais, perante a crise latente na atividade vinícola, em 1845, Kingston encara a débil situação económica da região vinhateira como uma das causas para a sua segunda incursão ao "Paiz do Vinho". Estava ansioso por avaliar o estado deste "Paiz", que lhe havia sido descrito como estando em estado deplorável. (328)

Na generalidade, a paisagem vitícola funciona mais como um pretexto da viagem do que como motivo da mesma, dado que, para os autores, a verdadeira razão estaria igualmente no exame do dinamismo do sector produtivo do Vinho do Porto e da posição inglesa neste negócio. Este facto, aliado à recolha que os autores iam fazendo, leva ao surgimento de ideias pré-concebidas face à Companhia e à situação vivida no Alto Douro. Curiosamente, mesmo perante olhares muitos distintos, todos eles observam a realidade circundante de forma muito similar, principalmente no que toca às questões institucionais e à legislação imposta na região: todos revelam descrédito pela Companhia e pelas suas restrições. É aqui que se constata a procura de um equilíbrio entre o "viajante" e o "inglês", por um lado fascinado com o que observava, mas por outro tentando explicar e defender a posição dos ingleses no negócio do vinho do Porto e, conseqüentemente, no Alto Douro.

Embora a região do Alto Douro chegasse a ser esboçada como isolada de Trás-os-Montes, como uma comunidade regional, nunca

chegou a ter um quadro político-administrativo unitário. A sua história a partir das demarcações evoluiu no sentido de criar um distrito ou um país figurado, que os ingleses apreenderam como o “wine-district of the Alto Douro”. Carnarvon, em 1827, confina sempre o “wine-district” como parte integrante de Trás-os-Montes, mas Kinsey, em 1828, mais documentado, vai construindo o seu texto sobre o “wine-country do Alto Douro” e os “Upper Douro wines”, tal como Kingston, em 1845, que chega a apelidar o distrito como “Vine country”. Estas expressões inglesas seriam as que dariam título ao mapa de Forrester: *Map of the Wine District of the Alto Douro*.

E, de volta a casa e relendo as suas anotações, o viajante tratará de colocar em ordem a sua informação, para explicar como era o “Paiz do Vinho”, sem dar-se conta de que apenas havia observado o que estava preparado para ver. Todos queriam participar, embora com intensidades diferentes, no debate acerca do Alto Douro, do Vinho do Porto, da sua projeção ou da sua decadência, da criação de riqueza, dos impostos, das obras públicas e da compatibilidade da Companhia com a ação inglesa.

O que estes viajantes observaram e relataram, juntamente com a visão que Forrester desejou que transparecesse para o exterior, através das suas obras cartográficas e literárias, foi cimentando em muito do que ainda hoje transparece. Todos os viajantes tentam transmitir ao leitor a dimensão do comércio do vinho do Porto. Na generalidade, todos demonstram muito reconhecimento pelos comerciantes ingleses e pelo seu papel na intensificação desta cultura. Havia unanimidade em relação às grandes quantidades exportadas e ao facto de a maior porção destas ser para domínios ingleses.

O Porto era o ponto nevrálgico das trocas comerciais entre Portugal e Inglaterra, onde teria sido estabelecida a *British Factory*. As casas comerciais inglesas seriam à volta de trinta, mas, para além destes comerciantes estabelecidos, outros ingleses por lá passavam em negócios respeitantes ao tráfego marítimo. (Conder 329) Em todos os relatos se confirmam os carregamentos anuais de muitos milhares de pipas, logo, a comunidade inglesa estava instalada e a Companhia, embora contestada, não lhes perturbava verdadeiramente os negócios.

Esta contestação leva a que os autores analisados considerem que a atuação da Companhia reguladora do comércio fosse a causadora das adulterações sofridas pelo vinho do Porto. Ficava esquecida a ideia segundo a qual a feitura do vinho do Porto e a adição da aguardente (uma décima parte do mesmo) seria um processo como que gerado pelo gosto dos ingleses por bebidas embriagantes. Os autores confirmam que os melhores vinhos do Alto Douro nunca chegavam ao mercado britânico. O que chegava era uma mistura adocicada pela adição de *brandy* ou boga de sabugueiro e que a situação era do conhecimento do governo.

Esta polémica seria avivada por Forrester, não sendo compreendido pelos seus pares, pois lança-se numa campanha de propaganda de defesa da qualidade do vinho do Porto, contrariando velhos hábitos e costumes difíceis de alterar. A evolução dos vinhos mais secos, sem aguardente, para bebidas mais fortes, impõe-se durante o século XIX, e Forrester surge como um defensor do processo tradicional. O comércio começa a falhar, o vinho acumula-se e não se consegue vender. Forrester acusa os seus compatriotas de exportarem vinhos inferiores e os adulterarem.

Kingston, em 1845, condena esta posição e esta distorção da verdade, (1845 II, 307) defendendo que o papel dos ingleses da *British Factory* era irrepreensível face ao aperfeiçoamento do sector dos vinhos, acusando Forrester de instigador de querelas para proveito próprio. (*Ibidem*)

Mas todos os viajantes eram igualmente críticos relativamente aos métodos utilizados para a seleção de vinhos. A Companhia dividia a província do Alto Douro em distritos que produziam vinhos de feitoria. Os melhores, destinados à exportação, e os distritos que produziam vinhos de ramo, destinados a consumo interno ou das colónias, mas, unanimemente, esta segmentação estaria des acertada no terreno. A este propósito Kinsey clarifica o processo de seleção, próximo da Primavera de cada ano:

The Royal Company of the culture of the wine in the Upper Douro, instituted by the Marques Pombal 1756, determine for home consumption

and exportation the classes of the Feitoria wine, or Vinhas de Feitoria, and the Ramo, or Vinhas de Ramo; arrange the prices to be paid the farmers, and make their own exclusive purchases. (307-308)

Os viajantes consideravam que, sob o pretexto de que os agricultores adulteravam o vinho, a Companhia, composta por inspetores com poderes despóticos, decidia os vinhos a exportar e detinha o privilégio de selecionar o melhor para si, ao melhor preço. Apenas os eleitos de uma classe beneficiavam com a Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro: aqueles que tinham cargos nela e onde faziam fortuna. (Kingston II, 305) Esta ideia clara de que as leis seriam promulgadas para favorecer interesses privados havia sido amplamente exposta por Costigan e subtilmente perceptível em todos os relatos analisados.

Esta posição do lado dos lavradores existia, fundamentalmente, com o intuito de defender os interesses dos ingleses, ambos prejudicados por este monopólio. A propósito, Kingston escreve: "abominable monopoly, more injurious even to the farmer than to the Merchant, but extremely prejudicial of both (...)". (305)

Perante esta análise, podemos tentar avaliar a relação estabelecida entre lavradores durienses e os comerciantes ingleses, efetivada na feira do Peso da Régua. Começava em fevereiro, quando os comerciantes se deslocavam ao Cima Douro, onde alguns tinham estabelecimentos, acompanhados pelos seus comissários, empregados e tanoeiros, montados em mulas e acolitados por uma tropa de serventes a pé, visitando diferentes quintas onde o vinho era guardado. Forrester apresenta-nos a visão destas visitas à região: "Many of the English merchants, when on their way to the wine country, are followed by their establishment of servants, with sumpter mules, carrying beds, provisions for the journey, wine, knives and forks, glasses, &c.". (*Portuguese Scenery*)

Relativamente ao papel dos lavradores durienses neste sistema, Kinsey conta-nos que era frequente avistá-los no mercado da Régua na ânsia de encontrar compradores para os seus vinhos: "(...) the wine growner is often seen at the fair of Pezo da Regoa running about

in hand and with earnest entreaties imploring the members of the Factory and the English merchants, or their agents, to buy his wines". (337) Muitos destes agricultores eram, de facto, muito pobres e, como não possuíam meios de adquirir pipas, muitas vezes, viam-se na contingência de levar as suas uvas à prensa de outro agricultor, deixando os vinhos a seu cargo, especialmente nos casos em que as uvas estavam fora dos limites da demarcação definida pela Companhia do Vinho. (Kinsey 337-338)

Como vemos, nesta metade de século a estratégia dos ingleses era fundamentalmente comercial e a produção de vinhos em propriedades inglesas era uma minoria, quando comparada com a totalidade de vinho produzida pelos lavradores durienses. Na verdade, para além da sujeição dos produtores de vinho face aos comerciantes ingleses, também estes dependiam dos agricultores. Eventualmente poderiam adiantar dinheiro aos lavradores para estes assegurarem produção de vinho e, terminada a vindima, iam-na buscar. (Ribeiro 28) Só mais tarde, com a filoxera e a dificuldade na compra de vinhos, os ingleses avistam mais um bom negócio, adquirindo quintas a excelente preço. Tornam-se assim mais independentes face aos produtores portugueses e naturalmente uma presença mais sentida no Alto Douro.

Mas, para o período em análise, as inúmeras páginas dedicadas pelos viajantes ao papel da Companhia e dos ingleses no sector dos vinhos não correspondem de todo ao contacto dos autores, em terras do Alto Douro, com estas duas dimensões.

Denota-se a ausência de personagens inglesas nos relatos dos viajantes aquando das suas incursões ao alto Douro até porque os viajantes permaneceram hospedados em casa de famílias portuguesas e nunca de proprietários ingleses. O sistema e a presença da Companhia Geral da Agricultura, embora visíveis, não causavam qualquer transtorno aos viajantes: se eram muitos os pontos de fiscalização dentro da região demarcada, os viajantes, após umas breves palavras com os oficiais da instituição, prosseguiam sem mais obstáculos.

Sabe-se que existiam grandes disparidades entre os senhores das vinhas e as outras classes sociais e, os viajantes, embora de forma ténue, também o denunciam, porque descrevem o Alto Douro como

uma paisagem marcada pelas grandes propriedades, das designadas famílias ricas e pela miséria das habitações de xisto dos povoados. Sendo a abundância de vinhas a imagem mais repisada pelos viajantes, constatamos que havia grandes casas senhoriais que indicavam a presença de nobres ou de ricos proprietários do campo. Os viandantes avistam sempre, nas vizinhanças assentes nas montanhas e pelos vales, mansões pertencentes aos donos das vinhas circundantes, sendo tidas como quintas¹³ de razoável dimensão, (Oldknow 73) que coexistiam com pequenas vinhas de pequenos lavradores.¹⁴

Estas exceções, de saudáveis proprietários, gozavam de grande conforto, formando um grande contraste com os seus desventurados vizinhos. Porém, embora as dificuldades e uma vivência miserável, o povo duriense encarava os senhores da terra com grande respeito e deferência, quase com submissão. Carnarvon, em Lamego, repara na simpatia sincera da população pelos fidalgos aí residentes, especialmente por aqueles cujos nomes foram passando de pai para filho, através de várias gerações. (99)

Um dos factos que mais impressiona os viajantes é o pouco interesse que os durienses, mesmo os mais abastados, pareciam mostrar por viver confortavelmente: o interior das casas era frio, mal dividido, desprovido de lareiras e com decorações que os deixavam atónitos, pela amálgama de ornamentos. Mas, relativamente ao modo de estar dos senhores do Douro, os estrangeiros eram muitas vezes surpreendidos: os durienses eram cultos, instruídos e falavam outras línguas. Todavia, apesar da conversa fluente, sustentada, entre assuntos diversos, esta retinha, segundo Carnarvon, “a character peculiar to the time and country”. (101)

A amabilidade para com os estrangeiros é notória. De facto, os senhores do Douro desdobravam-se em atenções para com os seus hóspedes e os viajantes, na partida, mostravam-se muito reconhecidos. O povo duriense era tido como muito humilde e educado.

13. Em 1843, Forrester assinala no seu mapa do País Vinhateiro cerca de oitenta quintas.

14. Sobre esta posição intermédia de categoria de lavrador entre a de proprietário e de jornaleiro no Alto Douro, veja-se Parkhurst 1997, 183-191.

A tripulação dos barcos do Douro era tida como respeitosa e, como era vulgar andar perdido pelos caminhos e atalhos da região, dadas as dificuldades nos acessos dentro da mesma, muitas vezes, os viajantes foram auxiliados por camponeses que, prontamente os ajudaram e os conduziam até aos seus destinos.

Apesar da vasta cultura vitícola, supostamente organizada, encontraram perigosas montanhas, difíceis acessos e íngremes socalcos. Esta paisagem, a par da falta de alojamento e comida do seu agrado, cria-lhes um cansaço no olhar. Consideram a visão do Alto Douro imponente, mas pouco gratificante para um visitante, ou seja, a existência no País Vinhateiro revelara-se pouco consentânea com a sua reputação exterior. Deste modo, focavam tanto as debilidades descobertas como a fertilidade aguardada, o que, para coadjuvar, Forrester nos resume assim:

In a Word, the beautiful Alto-Douro wine-district, which ought to be the greatest source of public and private prosperity, and which is naturally the richest portion of the entire kingdom, is an abandoned wilderness whose population lives in penury and wretchedness. They have abundance of wine, but they have no bread, nor the ordinary necessaries of live. (*The Oliveira Prize Essay on Portugal* 98)

Considerações Finais

Será interessante reter alguns padrões na linha de pensamento e de escrita dos viajantes: a incompreensão da demarcação das áreas produtivas e do papel da Companhia dos Vinhos, particularmente na relação com o comerciante inglês; o carácter fechado e singular do povo residente, ainda em muitos aspetos, quase feudal, porém com uma positiva salvaguarda dos valores aristocráticos; a inexistência de retratos de ingleses na região e a peculiar gestão da região transversalmente a partir da cidade do Porto.

Constantemente analisam o que a região não possuía em face do conforto necessário ao viajante, centrando-se nas dificuldades da

viagem: as estradas quase não existiam e as estalagens permaneciam no seu estado primitivo; o afazer da viagem especialmente por estas regiões mais recônditas era difícil de conceber, a não ser por quem o vivenciava.

Os viajantes apenas esquecem o movimento das mulas, já que eram estes os animais apropriados para circular na região acidentada do Alto Douro, e os forçosos percursos a pé, quando entram num barco rabelo com destino ao Porto. Mas mesmo esta viagem era combativa e difícil.

A imagem do alto Douro surge, portanto, composta de duas orientações de escrita: por um lado, as impressões pessoais dos viajantes acerca do que observavam e das jornadas diárias, sendo o autor o centro das narrativas e, por outro, uma forte componente informativa, acerca de tudo quanto puderam recolher sobre a região que muitas vezes se sobrepôs às suas próprias impressões. Em ambas as orientações, nem sempre as ideias ou opiniões dos viajantes eram agradáveis. Porém, dão-nos um contributo importante para a reconstrução histórica do Alto Douro Vinhateiro, desempenhando um papel vital na divulgação de expectativas diferentes das vividas nesse "Paiz Vinhateiro".

Talvez se esperasse uma visão mais próxima do maravilhoso que usualmente se veicula sobre o Alto Douro. Curiosamente, Forrester, embora ciente da dura realidade duriense, traça-nos a visão mais romântica, expressa nos seus mapas de grande beleza, que ainda hoje se mantêm em inúmeras paredes de casas das quintas da região.

A permanente cedência aos interesses ingleses ajudou-nos a compreender que a representação do Alto Douro por parte destes viajantes retrata a visão dos grupos sociais mais poderosos que, exatamente por esta razão, reuniam condições para impor o seu entendimento do espaço em relação aos demais.

Obras Citadas

Fontes Primárias

- Carnarvon, Earl of (Henry John George Herbert). *Portugal and Galicia: With a Review of the Social and Political State of the Basque Provinces*, 2 vols.. London: John Murray, 1836.
- Conder, Josiah. *Spain and Portugal*. London: James Duncan, 1831.
- Costigan, Arthur W. *Sketches of Society and Manners in Portugal (1778-1779)*, 2 vols.. London: T. Vernor, Birchinn-alne, Cornhill, [s.d.], [1787].
- Forrester, Joseph James. *O Douro Portuguez e Paiz Adjacente Contando do Rio Quanto se Pode Tornar Navegavel em Espanha*. Sculp. W. Hughes. Londres: [s.n.]1848 (BN: C. Par 5 – assinado pelo autor e C. enr. 12).
- . *Mappa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro*. Grav. James Wyld; ded. a Senhora D. Maria II. Porto: António Maria de Magalhães, 1843 (BN: C.C.d. 145 R).
- . *The Oliveira Prize Essay on Portugal; with the Evidence Regarding that Country Taken Before a Committee of the House of Commons, in May 1852, and the Author's Surveys of the Wine Districts of the Alto-Douro*, 1853 (BPMP: N°2-100).
- Forrester, Joseph James. "Viagem para o Douro". *O Comércio*. Porto, 1854: Setembro e Outubro (n.º 43, 11 Set., pp. 1-2; n.º 46, 18 Set, p.1; n.º 47, 20 de Set., pp. 1-2; n.º 50, 27 de Set., p. 1; n.º 52, 2 de Out., p.1; n.º 54, 6 de Out., pp. 1-2; n.º 55, 9 de Out., pp.1-2; n.º56, 11 de Out., pp.1-2; n.º 58, 16 de Out. p.1; n.º60, 20 de Out., pp. 1-2; n.º 62, 25 de Out., pp.1-2; n.º 64, 30 de Out., p.1).
- Kingston, William Henry Giles. *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, 2 vols. London: John W. Parker, 1845.
- Kinsey, William Morgan. *Portugal Illustrated*. London: [s.n.], 1828.
- Oldknow, Joseph. *A Month in Portugal*. London: Longman & Co, 1855.

Fontes Secundárias

- Castro, Catarina Crespo Coelho Correia de. *Sketches of Society and Manners in Portugal: Um Livro Negro acerca do Portugal Setecentista*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

- Chaves, Castelo Branco. *Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII e a sua Projecção Europeia*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1987.
- Coelho, Maria Teresa Pinto. "John Pemble, *The Mediterranean Passion*. Victorians and Edwardians in the South". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 2, 1992. 117-125.
- Kinsford, Maurice Rooke. *The Life, Work and Influence of William Henry Giles Kingston*. Toronto: Ryerson Press, 1947.
- Martins, Isabel Oliveira. *William Morgan Kinsey – Uma Ilustração de Portugal (1788-1851)*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- Mathias, Leonardo. "Portugal e o Contexto Político Internacional no Início do século XIX". *Guerra Peninsular – Novas Interpretações*. Congresso Instituto da Defesa Nacional. Lisboa: Tribuna da História, 2002.
- Parkhurst, Shawn. "A Região na Aldeia, uma Etnografia sobre a Produção Local de Regionalidade, no Alto Douro". *Douro – Estudos e Documentos*, vol. I (1), 1996 (1.º). 119-175.
- Pereira, Gaspar Martins. "As Demarcações Vinhateiras na História do Alto Douro". *Estudos Transmontanos*. Vila Real, n.º 7, 1997.139-152.
- Ribeiro, Jorge Martins. *A Comunidade Britânica do Porto durante as Invasões Francesas, 1807-1811*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado), 1987.
- Silva, João Paulo Ascenso Pereira da. "An Episode in the life of Don Sebastian of Portugal: A Fortuna de uma Personagem Mítica na Encruzilhada de Duas Tradições Literárias". *Revista de Estudos Anglo-portugueses*, INIC, n.º7, 1998. 37-137.
- . *Temas, Mitos e Imagens de Portugal numa Revista Inglesa do Porto: The Lusitanian (1844-1845)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001.
- Sousa, Fernando de (coord.) *Real Companhia Velha 1756-2006*. Lisboa: Dislivro Histórica, 2006.
- Sousa, Maria Zulmira Bandarra de. "O Relato de Viagem de Costigan sobre Portugal". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, INIC, n.º2, 1992. 79-104.